

UMA SÍNTESE DA INFLAÇÃO NO BRASIL ENTRE 1979 E 1994

Stefano José Caetano da Silveira¹

RESUMO

A proposta deste artigo foi apresentar uma síntese da inflação brasileira durante o período que compreendeu o final do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o Plano Real, buscando definir seus principais aspectos e influências na economia brasileira. Dessa forma, procurou-se descrever o panorama econômico presente na década de 1980 – que passou a história como a “década perdida” – e na primeira metade dos anos 1990, períodos de predominância da inflação inercial no Brasil. Para tanto, efetuou-se uma breve revisão da bibliografia existente sobre o tema. Com base nesse arcabouço teórico, buscou-se definir qual a dimensão que a inflação inercial atingiu no maior país da América do Sul, no tocante às suas consequências, bem como as tentativas de extingui-la.

Palavras-Chave: inflação; inercial; Brasil; choque heterodoxo;

1 INTRODUÇÃO

O termo inflação remete a dois significados básicos: crescimento no suprimento de dinheiro (expansão monetária) e aumento generalizado de preços, sendo que, não raras vezes, a primeira definição serve como causa da última. Na década de 1920, nos Estados Unidos, diversos artigos e estudos referiam-se à inflação no período, ainda que os preços não estivessem aumentando. Todavia, de um modo geral, a palavra inflação é usada como sinônimo de variação positiva de preços. A análise dos efeitos internos e externos da inflação permite outra distinção do conceito: externamente a inflação se traduz mais por uma desvalorização da moeda local frente a outras, enquanto internamente ela se exprime mais no aumento do volume de dinheiro e aumento dos preços.

Exemplos clássicos de inflação podem ser percebidos ao longo da história. Como ilustração, cita-se o aumento de preços no Império Romano durante o governo do imperador Diocleciano (286 d.C. a 305 d.C.) causado pela desvalorização do denário que, antes confeccionado em ouro puro, passou a ser fabricado com todo tipo de impurezas. O mandatário, entretanto, transferiu a culpa pela situação à avareza dos mercadores, vindo a promulgar em 301 um edito que condenava à morte qualquer pessoa que praticasse preços acima dos fixados (CARLAN, 2004).

Existem distintas classificações para os processos inflacionários, como a inflação prematura, a inflação reprimida e a inflação de demanda. A primeira acontece quando os preços aumentam sem que o pleno emprego esteja estabelecido. A segunda pela liberalização dos preços após um período de congelamento dos mesmos (situação ocorrida no Brasil após o Plano Cruzado, em 1986). Já na última, o processo inflacionário é gerado pelo descompasso entre o aumento do consumo e o crescimento da oferta. Segundo Rezende (1999, p. 119), no início da década de 1960, após o período do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), a inflação brasileira era de demanda, caracterizada: "... pelos déficits públicos, pela expansão do crédito às empresas e pelas majorações institucionais de salários em proporção superior à do aumento da produtividade...". Ou seja, a inflação de demanda fica caracterizada quando há muito dinheiro disponível para consumo e investimento e poucos produtos disponíveis.

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG – 1964-1967), durante o mandato do presidente Castello Branco, derrubou a inflação de demanda às custas de uma ampla recessão. Uma das formas utilizadas para que o citado plano atingisse seu principal objetivo foi o controle da oferta de moeda, o que gerou uma redução no crédito e, conseqüentemente, desaceleração econômica. Aliado a isso, houve aumento de tributos, cortes orçamentários e elevação de juros.

Outros tipos de inflação são a inflação de custo ou de oferta, a inflação estrutural e a inflação inercial ou autônoma. A primeira é gerada pelo aumento dos custos de produção causados pela redução na oferta de fatores de produção – capital, terra, trabalho e tecnologia –, devido à elevação dos preços de tarifas públicas, bem

como pelo alto custo do crédito e pela ocorrência de fenômenos naturais, como a erupção de um vulcão, de um terremoto ou de um tsunami. Com isso a produção sofre uma redução, diminuindo a oferta dos bens de consumo e gerando um aumento em seus preços. Em 1967, quando da posse do ministro Delfim Netto no comando da equipe econômica, que englobava os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio, o entendimento sobre o tipo de inflação em atividade no país mudou. Mesmo sem discordar de seus antecessores, Roberto Campos (ministro do Planejamento) e Octávio Bulhões (ministro da Fazenda), que definiram a inflação brasileira como sendo essencialmente de demanda, Delfim revelou que uma vez estabilizado o déficit público, o processo inflacionário no Brasil era basicamente de custos. Sua causa era os elevados preços de serviços essenciais, como a energia elétrica, bem como pelo alto custo do crédito (LAGO, 1989).

Já a inflação estrutural, proposta pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), envolve questões específicas de determinados mercados, dentre as quais a pressão de sindicatos por recomposições salariais em épocas de dissídio coletivo e o tabelamento de preços em cifras superiores ao valor de mercado (como o salário mínimo).

Por fim, a inflação inercial ou autônoma descreve um círculo vicioso de elevação de preços, taxas e contratos, com base em índices de inflação passados, dado diversos setores de a economia corrigirem seus preços em dias diferentes, provocando seu aumento diário. Este tipo de inflação pode ocorrer mesmo com alta incidência de desemprego. No Brasil sua ocorrência se deu majoritariamente entre 1979 e 1994.

Portanto, a intenção deste artigo é apresentar uma síntese da inflação brasileira durante o período que compreendeu o final do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1974-1979) e a implantação do real como moeda (1994), buscando definir seus principais aspectos e influências na economia brasileira. Para isso, procurou-se descrever o panorama econômico presente na década de 1980 – que passou a história como “década perdida” – e na primeira metade dos anos 1990, períodos de predominância da inflação inercial no Brasil.

2 A ACELERAÇÃO DA CRISE FISCAL BRASILEIRA

Nos anos 1980, a economia brasileira foi marcada por graves desequilíbrios externos e internos. Logo em seu início, o país enfrentou sua mais grave recessão desde a Grande Depressão, em 1929. Em 1982, as autoridades econômicas recorreram formalmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em um momento de grande turbulência internacional causada pela moratória da dívida externa mexicana.

Ao mesmo tempo em que caía o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro¹, a inflação começava a alçar um vôo que se transformaria, em outubro de 1989, em hiperinflação (GIAMBIAGI et al, 2005).

A “década perdida” caracterizou-se pela queda nos investimentos e, conseqüentemente, do PIB; pelo aumento do déficit governamental e da dívida pública (externa e interna); e pela ascensão inflacionária. O Brasil, que experimentou um crescimento médio de 7% entre 1947 e 1980, viu esse número despencar para 2% entre 1981 e 1990. Em função deste desempenho medíocre, a renda per capita manteve-se praticamente constante ao longo da década de 1980 (LACERDA et al, 2005).

Com o agravamento da crise econômica, as pressões políticas contra o regime militar se aceleraram. Em 1985, um governo civil, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, ascende ao poder. Todavia, a popularmente chamada Nova República, já em seu início, é marcada por uma tragédia. Tancredo Neves, candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), eleito por um amplo arco de alianças conservadoras (entre elas a Frente Liberal, que veio a se tornar o PFL, que era uma dissidência do opositor Partido Democrático Social – PDS), não chegou a tomar posse devido a problemas de saúde que lhe tiraram a vida. Dessa forma, assumiu o vice-presidente José Sarney, ex-presidente do PDS, que governaria perseguido pela sombra política de Tancredo. A escalada inflacionária seria enfrentada por Sarney com os chamados choques heterodoxos. O objetivo era desindexar a economia por meio

¹ Apesar de haver crescido 0,83% em 1982 ante o ano anterior, quando caiu 4,25%, a tendência de queda do PIB foi confirmada com o decréscimo do Produto Interno Bruto em 2,93 em 1983 (Fonte: IPEADATA).

do uso de políticas de rendas apoiadas no congelamento de preços. Os vários choques implantados a partir de 1986, excetuando breves passagens de tempo, não conseguiram controlar a inflação. No final da gestão Sarney, em 1989, o país encontrava-se mergulhado na hiperinflação aberta.

3 BREVE CRESCIMENTO

Após Delfim Netto assumir o Ministério do Planejamento em substituição a Mario Henrique Simonsen, em agosto de 1979, e tentar reeditar o “Milagre Econômico” – algo impedido pelo 2º Choque Mundial do Petróleo (1979), pela alta dos juros externos (política norte-americana do então presidente do Fed, Paul Volcker), e pela recessão mundial² – o crescimento do PIB atingiu 9,1% animando a equipe econômica (GIAMBIAGI et al, 2005; KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

A política econômica inicial era de orientação heterodoxa, ancorada em juros mais baixos (chegando a alguns casos a serem subsidiados pelo governo), na maior indexação dos salários e na maxidesvalorização cambial de 30% em dezembro de 1979. Além disso, foram prefixadas as correções monetária e cambial para o ano seguinte a taxas consideravelmente menores à inflação registrada, como uma tentativa de atuar sobre as expectativas inflacionárias para 1980. Tal situação levou os agentes econômicos a reajustarem seus preços a taxas próximas daquela pré-fixada (LACERDA et al, 2005; GIAMBIAGI et al, 2005).

A premissa para a retomada desenvolvimentista se baseava na manutenção dos investimentos nos setores de energia e de substituição de importações de insumos básicos e nas atividades voltadas para a exportação, sobretudo agrícolas.

Porém, mesmo com o expressivo crescimento registrado em 1980 (9,1%; conforme já citado), a inflação atingiu 110,2% naquele ano, contra 77,2% do exercício anterior e, devido à recessão, o PIB apresentou uma queda de 4,3% em 1981. O PIB

² Após 1981, a economia mundial passava por um período de suspense, com desemprego elevado, porém com a inflação controlada. Em 1982 o desemprego chegou a atingir a casa dos 10% na Inglaterra e Canadá (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

de 1982, apesar do agravamento do quadro externo causado pela moratória mexicana, cresceu 0,8%, o que não evitou, porém, a queda do PIB per capita (GIAMBIAGI et al, 2005).

Passadas as eleições de novembro de 1982, que elegeram governadores, senadores, deputados federais, estaduais e vereadores de forma direta – algo até então inédito dentro do regime instaurado em 1964, em se tratando de cargos majoritários – o país teve de recorrer formalmente ao FMI. Na quarta carta de intenções, assinada em novembro de 1983, segundo Giambiagi et al (2005), criou-se um novo critério de aferição do desempenho fiscal: o conceito de superávit ou déficit operacional. Tal grandeza, obtida pela dedução das correções monetária e cambial incidentes sobre a dívida pública, fez com que as contas nacionais passassem a ser aferidas utilizando-se três conceitos de déficit ou superávit: a) Primário, onde apenas são consideradas as diferenças entre as receitas e despesas correntes, excluindo-se os pagamentos com os juros da dívida pública; b) Nominal, onde os juros das dívidas interna e externa são acrescidos ao conceito primário; c) Operacional, também chamado de Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), onde ao resultado operacional são adicionadas as despesas com as correções monetária e cambial do estoque da dívida. Pouco tempo após a implementação do Plano Real, o conceito operacional caiu em desuso.

Como a grande preocupação do FMI era o equilíbrio no balanço de pagamentos, as condições básicas acordadas não sofreram grandes alterações, pois satisfeita essa premissa estaria garantido que o país honraria seus compromissos externos. Nesse particular, em 1983 o teto do déficit em transações correntes foi fixado em US\$ 6,9 bilhões, remetendo a um superávit de US\$ 4 bilhões na balança comercial. Todavia, para que essa última meta fosse alcançada, o volume de exportações deveria crescer. Assim, se implementou uma nova desvalorização do cruzeiro, a uma taxa mensal superior à inflação em 1%. Quanto à inflação, a meta foi fixada em 78% para esse ano (porém atingiu 211%) e deveria ser alcançada com o controle das contas públicas, incluindo os gastos das estatais, além da contenção da

demanda agregada, via desindexação parcial dos salários (REZENDE, 1999; GIAMBIAGI et al, 2005).

4 RECESSÃO BRASILEIRA E A MORATÓRIA MEXICANA

Com a implementação de um regime gradualista – ora ortodoxo, ora heretodoxo - após um início desenvolvimentista, a política econômica adotada no final de 1980 e ao longo de 1981 dá uma guinada ao monetarismo. Isso pode ser comprovado pelo controle das despesas públicas e dos gastos das empresas estatais, de o aumento da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto de Operações Financeiras (IOF) nas operações de câmbio para importação, e de um considerável arrefecimento da liquidez real e do crédito. Nesse último item, a agricultura foi uma exceção, dado seu volume de crédito ter sido expandido (REZENDE, 1999; GIAMBIAGI et al, 2005).

Como consequência de tal política, conforme já mencionado, o PIB caiu 4,3% em 1981, sendo a primeira queda desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Por sua vez, a inflação não sofreu grandes reduções, dado o Índice Geral de Preços (IGP) ter caído levemente, de 110% em 1980 para 95% em 1981. Nessa particular, essa pequena queda de preços pode ser atribuída a uma supersafra agrícola, dado os produtos primários terem crescido 70,7% em 1981, contra 99,7% das manufaturas (REZENDE, 1999; GIAMBIAGI et al, 2005).

Outros destaques macroeconômicos em 1981 foram a balança comercial – com um superávit de US\$ 1,2 bilhão contra um déficit de US\$ 2,8 bilhões do ano anterior; as taxas de juros internacionais em quase 4% – que provocaram um aumento na ordem de US\$ 3 bilhões às despesas com juros da dívida externa; e a produção industrial com uma queda de 10 pontos percentuais – 26,3% em bens de consumo duráveis e 19% em bens de capital (IPEADATA, 2013).

Com o advento da moratória mexicana em 1982, cresceu a pressão sobre a economia brasileira, sepultando toda e qualquer possibilidade da ocorrência de um novo milagre econômico. O superávit comercial caiu para US\$ 780 milhões (US\$ 20,2 bilhões de exportações contra US\$ 19,4 bilhões de importações). As despesas com

juros da dívida externa atingiram US\$ 11,4 bilhões enquanto o déficit em conta corrente chegou a US\$ 14,8 bilhões. Somadas, a moratória mexicana e a deterioração das contas externas brasileiras dificultaram o financiamento desse déficit. Os pagamentos dos juros da dívida externa representaram 70% dos valores descobertos da conta corrente no período 1980-1982³ (GIAMBIAGI et al, 2005; IPEADATA, 2013).

Uma nova maxidesvalorização cambial na ordem de 30%, em fevereiro de 1983, associada a uma quebra de safra agrícola devido a enchentes no centro-sul do país acelerou a inflação, que atingiu 211% em 12 meses (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna – IGP-DI). A citada aceleração inflacionária, aliada a desindexação parcial dos salários, corroeu o poder de compra dos assalariados em média em 15% (REZENDE, 1989; IPEADATA, 2013).

Em 1983, a queda do PIB de 2,9%, com o produto industrial caindo 5,2%, remeteu a uma taxa de desemprego de 7,5%. O setor de bens de capital foi o que mais contribuiu com a citada queda, pois somente nesse ano viu sua produção recuar cerca de 20%, acumulando no triênio 1981-1983 uma retração de 55%. A ampliação da capacidade produtiva desse setor, obtida durante a vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) no mandato do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), foi praticamente esterilizada. Esse quadro recessivo provocou uma perda de 11% na renda *per capita* entre 1981 e 1983. Tal situação não era vivida pelo país desde o *crash* de 1929. Essa queda expressiva no nível da atividade econômica, somada a um grande crescimento da inflação, mergulhou o Brasil na estagflação⁴. Todavia, esse fenômeno não se deu apenas em nosso país, pois também pode ser observado durante este período até mesmo nas nações desenvolvidas.

Paradoxalmente, em 1983, enquanto o país se encontrava inserido nessa profunda recessão, as contas externas atingiram as metas acordadas com o FMI, a despeito da já citada queda do produto interno bruto de 2,9% – em especial devido à

³ Para efeitos de comparação, hoje o pagamento com os juros totais da dívida pública representa cerca de 5% do PIB, mais de 500% do déficit da balança de transações correntes, de cerca de US\$ 60 bilhões.

⁴ A chamada estagflação contraria o saber econômico convencional, pois em um processo recessivo, com queda da demanda agregada, os preços não deveriam subir.

redução das importações para 6,8% do PIB⁵, o superávit comercial chegou a US\$ 6,5 bilhões (IPEADATA, 2013). Tais resultados só foram possíveis em razão do início das operações de vários projetos concebidos durante o II PND, como a hidrelétrica de Itaipu, aliado a uma pequena queda nos preços do petróleo e da demanda, em função da recessão. Apesar da retomada do crescimento em 1984, as importações não tornaram a crescer. O superávit comercial entre 1984 e 1994 variou entre US\$ 7 bilhões e US\$ 20 bilhões.

A partir de 1984, com os Estados Unidos dando sinais de recuperação, ocorreu uma retomada de crescimento da economia brasileira. Tal retomada se apoiou na elevação das exportações e no aumento da renda agrícola devido a uma forte alta nos preços dos produtos primários, o que remeteu ao incremento das compras de bens de capital e insumos básicos. Ao longo do ano a produção industrial recrudescceu 7% enquanto o percentual do petróleo nacional à disposição do consumidor dobrou entre 1981 e 1984, passando de 21% para 42%, respectivamente. Esse cenário possibilitou uma redução de cerca de US\$ 4 bilhões nas despesas com importações nesse período (REZENDE, 1999; GIAMBIAGI et al, 2005).

Ainda em 1984, o PIB cresceu 5,4%, a produção agrícola 7,9% e a inflação 223,8% – contra 211% do ano anterior, apesar do choque agrícola positivo. Todavia, essa pseudo-estabilidade dos níveis inflacionários apenas refletia a crescente indexação da economia, resultando na elevação da inflação a cada novo choque de oferta, desvalorização da taxa de câmbio ou tentativa de mudança na forma de apropriação da renda. Segundo Giambiagi et al (2005), essas análises permitiram a formação do conceito de **inflação inercial ou autônoma**.

5 TEORIA DA INFLAÇÃO IMERCIAL OU AUTÔNOMA

No final da década de 1970, o governo do Brasil se viu forçado a adotar medidas de ajuste fiscal, visando estabilizar o balanço de pagamentos. Isso ocorreu

⁵ As importações foram limitadas em US\$ 17 bilhões em 1983.

após os bancos internacionais terem suspenso a rolagem dos empréstimos para o nosso país. Após os ajustamentos de 1981 e 1983, o ajuste de fluxo das contas externas foi finalmente obtido. Todavia, enquanto o saldo da balança comercial subiu de US\$ 6,5 bilhões para US\$ 13,1 bilhões em 1984 em relação ao ano anterior, a inflação (IGP-DI), ao invés de baixar – dadas as políticas ortodoxas que estavam sendo postas em prática em 1983 sob orientação formal do FMI – subiu de 99,7% (1982) para 211% (1983), apresentando índices relativamente estáveis até 1985 (223,8% e 235,1%, em 1984 e 1985, respectivamente (REZENDE, 1999; GIAMBIAGI et al, 2005; IPEADATA, 2013).

Porém, em 1984, a despeito do crescimento dos índices inflacionários, o desenvolvimento econômico parecia ter sido retomado. Isso pôde ser constatado pelas exportações brasileiras, que favorecidas pela expansão do mercado global e pela desvalorização do cruzeiro no ano anterior, aumentaram consideravelmente. Além disso, as taxas de crescimento do PIB voltaram a ser positivas. Dessa forma, erroneamente, havia quase um consenso que a distorção causada pela dívida externa havia sido superada, bastando resolver o problema da inflação para que o caminho do desenvolvimento voltasse a ser trilhado. Nesse particular, taxas de crescimento entre 6% e 7% ao ano eram esperadas para os próximos dois anos⁶ (REZENDE, 1999; GIAMBIAGI et al, 2005).

Em relação à inflação, os economistas ortodoxos pareciam sem respostas aos altos índices apresentados. Mesmo com a prática de ajustes fiscais, juros e compulsórios altos as taxas inflacionárias não cediam. Em contraposição, os economistas neo-estruturalistas, seguidores de Celso Furtado e da CEPAL, elaboraram uma nova teoria para explicar a inflação brasileira. Essa teoria passou à história como **inflação inercial ou autônoma** (REZENDE, 1999; GIAMBIAGI et al, 2005).

Concebida no início dos anos 1980, a citada teoria não apenas decifrava um complexo quebra-cabeça. Além disso, propunha uma solução ao problema, que

⁶ Após a queda do PIB em 1983, na ordem de -2,7%, o indicador cresceu em 1984 e 1985, porém aquém do esperado, marcando 2,3% em 1984 e 3,8% em 1985 (IPEADATA, 2013).

embora difícil, não era tão austera na comparação à teoria econômica ortodoxa. O principal pressuposto era que a **inflação inercial ou autônoma** ocorria devido ao intervalo nos aumentos de preços das empresas, remetendo ao repasse automático dos aumentos de custos de preços, desconsiderando a demanda. Segundo Bresser Pereira (1981, p. 17):

As elevações de custos e preços não ocorrem todas ao mesmo tempo em todas as empresas. Elas ocorrem de modo alternado, em uma e outra empresa. Esse fato é decisivo. Suponhamos três empresas, A, B e C, no sistema. Se essas três empresas aplicam rigorosa e alternadamente a política de margem fixa sobre o custo, a taxa de inflação, uma vez iniciada, torna-se permanente. A combinação de margem fixa sobre o custo com reajustamentos alternados de preços não leva necessariamente a um aumento da taxa de inflação, mas a manutenção dos níveis de inflação em um determinado patamar.

Dado que a majoração dos preços era feita de forma defasada e tanto as famílias como as empresas procuravam manter sua participação na renda nacional, o repasse dos custos crescentes era realizado automaticamente aos preços, reproduzindo no presente a inflação passada e indexando, mesmo que informalmente, os preços. Com isso, os preços relativos, de forma contínua, vinham sendo equilibrados e desequilibrados, até porque no Brasil já existia uma política de indexação formal de preços – herança do PAEG de Roberto Campos e Octávio Bulhões –, além da prática de markups⁷ por parte das empresas oligopolistas. O cerne da questão é que os agentes econômicos, de forma geral, esperavam que os preços subissem continuamente baseados na inflação passada mesmo em um cenário recessivo, pois acreditavam que os demais atores econômicos também o fariam (BRESSER-PEREIRA, 1981).

Em 1983 o Brasil não apresentava um quadro hiperinflacionário. Porém, seus índices de inflação indicavam uma situação preocupante. Por se tratar de uma **inflação crônica ou inercial**, não havia outra alternativa que não fosse tentar domá-la administrativamente, através de uma política pública de correção salarial e de controle

⁷ Markups: política de preços baseada em margens relativamente fixas.

de preços. Entre várias propostas para solução do problema, duas se sobressaíram em um primeiro momento. Uma delas propunha um controle indireto da inflação, por meio de política fiscal e monetária. Para que tivesse êxito, não poderia permitir a ela autonomia em relação à demanda. A outra sugeria a adoção de âncoras para o controle inflacionário. Todavia, para que obtivesse sucesso, seria necessário chegar à hiperinflação e posteriormente dolarizar a economia. Esse preço, no entanto, ninguém estava disposto a pagar (BRESSER-PEREIRA, 1981; GIAMBIAGI et al, 2005).

6 A PROPOSTA LARIDA E OS CHOQUES HETERODOXOS

O termo choque heterodoxo foi empregado pela primeira vez em 1984, a partir de um artigo do economista Francisco Lopes onde um congelamento geral de preços da economia foi proposto. O Plano Austral na Argentina, em 1985, durante o mandato do presidente Raúl Alfonsín (1983-1989), representou a primeira aplicação de um choque heterodoxo na América Latina. Um ano depois, na gestão José Sarney (1985-1990), foi a vez de o Brasil por em prática tal política econômica, com o Plano Cruzado. Em comum, ambos resultaram em fracasso, dado o populismo a eles associado. Porém, o lado positivo da concepção de o choque heterodoxo foi criar uma alternativa às estratégias convencionais de combate a inércia inflacionária, cujos resultados se revelaram ineficientes (REZENDE, 1999; GIAMBIAGI et al, 2005).

Assim, no mesmo ano da publicação do trabalho de Francisco Lopes, o também economista André Lara Resende publicou o artigo “A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial”. Nesse texto, o autor sugere uma reforma monetária que envolva a coexistência de duas moedas por algum tempo, tornando possível que tanto os novos contratos como os em vigência sejam convertidos para a moeda nova. Feito isso, quando a moeda antiga for extinta, é possível a economia se estabilizar sem sobressaltos. Essa ideia, em conjunto às contribuições de Pêrsio Arida, constituiu

a base do que seria muitos anos depois a estratégia do Plano Real (1993)⁸ para neutralizar a inércia inflacionária.

As principais novidades introduzidas pela proposta que se tornou conhecida como Larida (em homenagem aos seus autores) no controle da **inflação inercial ou autônoma**, em oposição à teoria ortodoxa, não passavam por congelamento de preços, tabelas de conversão e simples corte de zeros na cédula monetária. Ao contrário, não pregava uma ruptura abrupta com o passado, pois quando da adoção conjunta de duas moedas, os ajustes de preços no antigo padrão monetário se tornariam diários. Na sequência ocorreria a extinção da moeda antiga e a adoção da nova moeda como única em todo o território nacional, sendo a âncora nominal por ela representada a responsável pela eliminação da inflação, dado não haver preços represados ou projetados. Ou seja, todos os preços estariam equilibrados em linhas gerais, restando como possibilidade apenas ajustes em termos distributivos. Conforme já citado, essa viria a ser a base teórica do Plano Real. Porém, em vez de se criar uma nova moeda, criou-se um índice moeda (a URV), como Arida já propunha em 1983 (GIAMBIAGI et al, 2005).

A proposta Larida, inicialmente não empregada, continuou a ser aperfeiçoada por parte de seus autores. No início dos anos 1990, Lara Resende propôs a criação de um *currency board*⁹, onde conviveria uma moeda conversível em dólar, que viesse a substituir a moeda indexada, com a então moeda brasileira, o cruzeiro. A intenção dos autores era a criação de um cenário de dolarização de fato ou de hiperinflação artificial, onde os preços seriam alterados diariamente, todavia sem incorrer em real hiperinflação (GIAMBIAGI et al, 2005).

⁸ O Plano Real poder ser dividido, em linhas gerais, em três fases: a primeira, que envolveu o Plano de Ação Imediata (PAI), cujo principal pilar foi o Fundo Social de Emergência (FSE); a segunda, que lançou a Unidade Real de Valor (URV) como indexador único da economia; e a última que atribuiu à URV as funções de moeda. Enquanto as duas últimas foram implementadas em 1994, a primeira remete ao ano anterior (SILVEIRA, et al, 2005).

⁹ *Currency Board* é um comitê monetário ou fundo de estabilização cambial cuja função é manter uma paridade cambial fixa em relação a uma moeda estrangeira. Na América Latina foi marcante sua utilização na Argentina na última década do século XX, durante o mandato do presidente Carlos Menem (1989-1999) (SILVEIRA; RATHMANN, 2007)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até que a **inflação inercial ou autônoma** fosse definitivamente debelada pelo Plano Real, a economia brasileira experimentou diversos planos de estabilização. Primeiramente foram os planos gradualistas entre 1981 e 1983 que tentaram combatê-la através de uma indexação formal dos preços. Depois, vieram outros planos baseados apenas na oferta como o Plano Cruzado em 1986 e o Plano Bresser em 1987, que além do populismo a eles associados – sobretudo no primeiro – fracassaram porque entenderam a inflação como simplesmente **inercial ou autônoma**, enquanto essa definição, apesar de ampla na questão da majoração dos preços no Brasil, era apenas uma de suas facetas.

A próxima tentativa de resolução do problema ocorreria em 1990, quando da posse do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), pois o plano anterior, do então ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, batizado de “feijão-com-arroz”, em 1988, apenas procurou manter a inflação, apesar de alta, em patamares estáveis. Entretanto, até nessa tentativa não houve sucesso, tendo o Brasil mergulhado na hiperinflação real em outubro de 1989 – seguindo a classificação do economista Gustavo Franco, que define inflação alta quando a mesma registra mais de 100% ao ano e hiperinflação quando atinge mais de 50% ao mês.

Em relação ao governo Collor, dois conjuntos de ideias podem ser destacados: o Plano Collor e o Plano Marcílio (esse último assim chamado por ter sido concebido durante a gestão do então ministro da Economia Marcílio Marques Moreira). O primeiro, além de se valer de ações já anteriormente testadas e reprovadas como o congelamento de preços, radicalizou com a implementação do chamado “bloqueio de ativos” que atingiu todas as contas correntes e cadernetas de poupança que excedessem a NCz\$ 50mil – essas contas permaneceram congeladas por 18 meses, recebendo durante esse período uma rentabilidade equivalente a taxa de inflação mais 6% ao ano. Já o último, que considerava a inflação como sendo apenas de demanda, sem qualquer componente inercial, buscou a combinação de altas taxas de juros com

uma política fiscal restritiva. Sem qualquer entusiasmo por parte da população, ambos resultaram em grandes decepções.

Somente com o Plano Real, cujo lançamento oficial ocorreu em 1994, onde os chamados “dois lados da tesoura” (oferta e demanda) foram considerados é que finalmente o Brasil se libertou dos males causados pela **inflação inercial ou autônoma**. O desafio agora proposto é não permitir que esse mal venha novamente a assolar o país.

AN SYNTHESIS OF INFLATION IN BRAZIL BETWEEN 1979 AND 1994

ABSTRACT

The purpose of this article was to present an analysis of Brazilian inflation during the period that included the end of the Second National Development Plan (NDP II) and the Real Plan, aiming to define its main aspects and influences in the Brazilian economy. Thus, we sought to describe the present economic landscape in the 1980s - now history as the "lost decade" - and the first half of the 1990s, periods of dominance of inertial inflation in Brazil. Therefore, we performed a brief review of existing literature on the subject. Based on this theoretical framework, which sought to define the dimension of the inertial inflation reached the largest country in South America, in terms of their consequences, as well as attempts to extinguish it.

Keywords: inflation; inertial; Brazil; heterodox shock

NOTAS

¹ - Mestre em Economia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS). Economista graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Inflação no Capitalismo de Estado (e a experiência brasileira recente)**. Revista de Economia Política. abr. 1981, p.3-42.

CARLAN, C. U. **Diocleciano e a Reforma Monetária**. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br>>, Campinas / UNICAMP, 2004.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia B.; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 93-115.

IPEADATA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 02 fev 2013.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional**. 8ª. Edição. São Paulo: Makron Books, 2010, p. 405-430

LACERDA, Antônio C.; BOCCHI, João I.; REGO, José M., BORGES, Maria A.; MARQUES, Rosa M.; **Economia Brasileira**. 2ª. Edição. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 148-162;

LAGO, Luiz Aranha Corrêa. A Retomada do Crescimento e as Distorções do “Milagre” – 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1989. cap.10, p. 233-294.

REZENDE, Cyro de Barros. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: ed. Contexto, 1999, p. 75-152. (Coleção manuais).

REZENDE, Gervásio Castro de. Agricultura e Ajuste Externo no Brasil: novas considerações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, v.19, n.3, dez. 1989, p.553-578.

SILVEIRA, Stefano. J. C.; RATHMANN, Régis; SANTOS, Omar I. B.; CONCEICAO, Octávio A. C. Reavaliando os Objetivos e Resultados do Plano Real. **Análise (PUCRS)**, v. 16, 2005 p. 285-300.

SILVEIRA, Stefano. J. C.; RATHMANN, Régis. A Economia Argentina Contemporânea: da Crise a um Novo Apogeu?. **Opinio (ULBRA)**, v. 19, 2007, p. 3-12.